

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

1 **1. ABERTURA:** No dia 08 de dezembro de 2021, às 14h00, foi realizada virtualmente, pela Plataforma
2 Microsoft Teams, a 68ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. O
3 Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo**, Secretário Adjunto de Biodiversidade do Ministério do Meio
4 Ambiente – SBio/MMA e o Sr. **Douglas Rezende**, Diretor do Departamento de Espécies -
5 DESP/MMA e representante da Secretaria Executiva da CONABIO deram início à reunião. Estavam
6 presentes os membros: Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** da Confederação Nacional da
7 Indústria – CNI; Sr. **Leandro Silveira** do Instituto Onça Pintada – IOP; Sr. **Cléber Oliveira Soares** e
8 Sr. **Jorge Seif Júnior** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Samuel**
9 **Rezende Paiva**, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; O Sr. **Luiz Eduardo**
10 **Andrade Souza** do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Sr. **Rodrigo Favero Clemente** do
11 Ministério da Saúde – MS; Sr. **João Pessoa Moreira Junior** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
12 e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sra. **Luciana Della Coletta** do Instituto Chico Mendes
13 de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Sra. **Ana Lúcia de Souza Santoro** do Jardim Botânico
14 do Rio de Janeiro – JBRJ; Sr. **Bruno Henrique Rodrigues de Melo** do Ministério do
15 Desenvolvimento Regional – MDR; Sr. **Ricardo José Macedo dos Santos** do Ministério da Economia
16 – ME.

17 **2. APROVAÇÃO DA PAUTA.**

18 A minuta da pauta da reunião compreendeu os seguintes itens:

- 19 1. Abertura.
- 20 2. Aprovação da Pauta.
- 21 3. Aprovação da Ata da 67ª Reunião Ordinária.
- 22 4. Contribuições da CONABIO para a COP15/CDB.
- 23 5. Informes da CONJUR/MMA (convidada).
- 24 6. Apresentação das contribuições sobre a proposta de nova Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção.
- 25 7. Apresentação e discussão das análises das contribuições sobre a proposta de nova Lista de Espécies
- 26 Ameaçadas de Extinção.
- 27 8. Aprovação do calendário de Reuniões Ordinárias 2022.
- 28 69ª RO – 16/março/2022
- 29 70ª RO – 08/junho/2022
- 30 71ª RO – 14/setembro/2022
- 31 72ª RO – 07/dezembro/2022
- 32 9. Palavra aberta aos Membros.
- 33 10. Encerramento.

34 A Pauta foi aprovada por unanimidade.

35
36
37 **3. APROVAÇÃO DA ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA:** A Ata foi aprovada por unanimidade.
38 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) questionou os membros sobre uma inversão nos
39 itens da pauta, permitindo que o Sr. **Olavo Medeiros** (Conjur/MMA) apresentasse o item 5 antes do
40 item 4. Como não houve manifestações, a palavra foi passada.

41
42 **5. INFORMES DA CONJUR/MMA:** O Sr. **Olavo Medeiros** (Conjur/MMA) expôs sobre dois temas
43 que foram consultados na CONJUR. O primeiro, foi sobre uma decisão já tomada pelo colegiado, sobre
44 a postergação de 15 dias para o prazo de análise, o qual relatou que nenhum óbice jurídico foi
45 encontrado. O segundo, foi sobre a natureza da manifestação que a CONABIO exarará ao final da
46 revisão da lista de espécies ameaçadas. Sobretudo, levando em conta a alteração do caráter de
47 deliberativo para consultivo, promovido por Decreto. Comentou que não teria sentido que a comissão
48 se comportasse como estância revisora de um trabalho técnico realizado por dois legitimados que tem
49 assento no próprio colegiado (ICMBio e JBRJ). Descreveu sua composição como intersetorial,
50 heterogênea e plural, composta por diversos órgãos que são impactados pela temática da lista de

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

51 espécies ameaçadas de extinção. E julgou uma perda de riqueza grande não aproveitar dessa expertise
52 para confecção, debate e revisão da lista e outros aspectos que devem ser ponderados pelo Ministro do
53 Meio Ambiente. Por fim, ainda mencionando o inciso III do artigo 2º da Portaria 162, do MMA, relatou
54 que as manifestações que encontrarem óbices, deflagrarão a fase subsequente que é a instauração de
55 painel interdisciplinar.

56 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) perguntou se algum dos membros gostaria de se
57 manifestar.

58 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) comentou experiências passadas que geraram
59 conflitos e que acredita que o papel de todos é tentar contornar esse tipo de situação, para gerar o menor
60 prejuízo possível e chegar a um consenso em relação à elaboração da lista. Cabe a CONABIO criar
61 um ambiente favorável para que o processo aconteça da melhor maneira, tanto técnica, quanto
62 considerando os diversos objetivos e interesses de diferentes órgãos e entidades.

63 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) passou ao item 6 da pauta.

64

65 **6. APRESENTAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE NOVA LISTA DE** 66 **ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO:**

67 Neste item ocorreu a apresentação das contribuições de três entidades sobre a proposta da nova lista
68 de espécies ameaçadas de extinção.

69 I) O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) passou a palavra para a Sra. **Bárbara Pimentel**
70 **Ibanez**, Superintendente de Desenvolvimento do Centro das Indústrias Processadoras e Importadores
71 de Madeira do Mato Grosso, informando que foi ela quem colaborou para participação dessa
72 contribuição que a CNI encaminhou ao Ministério.

73 A Sra. **Bárbara Pimentel Ibanez** (Cipem) realizou uma apresentação que mencionava as espécies
74 Roxinho, Muiracatiara, Angelim-Pedra e Cerejeira, justificando que são espécies que não têm somente
75 importância ambiental, mas que além disso, têm importância econômica e social. Sobre o Roxinho,
76 falou que a área não foi muito abrangente, não conseguiram identificar como foi feita a metodologia
77 pelas fichas e que a espécie foi vista pela última vez em 2002. Em seguida, mostrou tabelas onde a
78 espécie aparece sendo comercializada desde 2016 a 2021, evidenciando uma presença constante da
79 espécie na produção. Sobre o Angelim-Pedra, a Sra. Bárbara relatou não terem compreendido o
80 “losango inteiro” e nos dados que receberam, constava que a última data em que a espécie foi vista,
81 foi em 2018. Demonstrou novamente as tabelas de produção para a espécie de 2016 até 2021,
82 destacando que só este ano foram comercializados 12.800m³ e que, portanto, a espécie já transitou
83 naquele local. Na espécie Muiracatiara, veio a informação que ela foi vista pela última vez em 1993.
84 E pelos dados do SISFLORA, continua sendo explorada normalmente, inclusive em 2021. E sobre a
85 Cerejeira, recebeu os dados do último avistamento em 2016 e comentou que a região onde foram feitas
86 as amostras, aparentemente pelo mapa, parecia uma região antropizada. Concluiu relatando que não
87 conseguiram localizar critérios objetivos nas fichas que analisaram e não conseguiram verificar se
88 houve uma análise das bases de dados, seja no DOF do SINAFLO ou no SISFLORA, este último
89 utilizado para fazer essa apresentação e o outro documento (mais extenso, de onde foram tiradas as
90 informações dessas espécies), pois nas fichas várias espécies estavam como não vistas há mais de 20
91 anos, e elas estavam normalmente sendo comercializadas. Por fim, propôs dois pontos: que fosse
92 instalado um Painel de Especialistas, na forma da Portaria 162 do MMA, e que fosse revista a
93 qualificação atribuída a essas espécies como dados insuficientes, porque esses dados que receberam,
94 que foram utilizados como balizadores para classificação dessas espécies, não apresentavam os dados
95 da base de dados do sistema de controle e não condiziam com a sua realidade.

96 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) complementou a fala da Sra. Bárbara, reforçando
97 sua opinião de que todas as espécies constantes da lista, como todas as espécies da biodiversidade têm
98 a sua importância ambiental. Expôs que sua preocupação é em relação as espécies de uso econômico,
99 principalmente de uso madeireiro, onde além da importância ambiental, também tem uma importância
100 social e econômica. Então, o impacto da entrada de uma espécie dessa na lista ou de um grau de risco

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

101 maior de extinção, vai gerar um impacto na questão de emprego, na manutenção de empreendimentos,
102 até no aumento da ilegalidade ou da informalidade de alguns empreendimentos. Solicitou mais dados,
103 porque acredita que qualquer ação de sua parte, pode gerar um impacto ainda maior na questão social
104 e econômica. Disse que precisam ter a certeza de que aquilo que estão fazendo, realmente representa
105 a realidade da região. E, falando da região amazônica, que representa quase 60% do território nacional,
106 não serão poucas amostras que irão fazê-los chegar a essa conclusão. Lembrou de outras ações de
107 Governo, inclusive dados oficiais das próprias concessões florestais, que fazem os seus inventários.
108 Mencionou o Inventário Florestal Nacional, instrumento oficial do Governo, que pode contribuir para
109 que esses dados sejam mais semelhantes com o que eles tem visto no campo.

110 II) O Sr. **Leandro Silveira** (IOP) apresentou dados de uma pesquisa sobre o Queixada, que na
111 avaliação do ICMBio é uma espécie vulnerável, com uma estimativa de perda populacional de 21%,
112 no Brasil. Esses dados apresentados na reunião foram obtidos por pesquisadores da ONG Oréades
113 (GO), e mostram que em relação aos pontos de distribuição da espécie, eles identificaram dados de 65
114 registros adicionais ao que foi analisado. Comentou que em estudos anteriores (que a avaliação do
115 ICMBio se baseou), a espécie dependia de fragmentos florestais de pelo menos 20 quilômetros de
116 diâmetro. E estudos recentes, mostram que 1 km seria suficiente e que a espécie vem se adaptando à
117 fragmentação, desde que esses fragmentos sejam paisagens agrícolas. Informou que os animais
118 conseguem se adaptar muito bem a essas paisagens agrícolas e que a espécie se beneficia da safra,
119 principalmente de milho, sorgo, cana e soja. Comentou que na avaliação do IOP, que apoia e fomenta
120 essa pesquisa, eles observam que há um aumento populacional dado a um desequilíbrio provocado
121 pela atividade agrícola, já que tem um recurso alimentar em abundância o ano inteiro, coisa que não
122 acontece em situações naturais.

123 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) perguntou se o que o Sr. Leandro estava
124 propondo, é que essa espécie sairia da lista por conta da não observação desses dados adicionais.

125 O Sr. **Leandro Silveira** (IOP) respondeu que sim, que foi isso que os especialistas propuseram e eles
126 corroboraram com essa posição baseado nos dados atualizados e nos dados que não foram
127 considerados.

128 III) O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) iniciou explicando como foi a organização para
129 revisar as listas da flora e da fauna. Informou que acrescentaram 4 colunas na planilha recebida, para
130 adequar melhor suas considerações. A primeira coluna com a alteração sugerida, a segunda os
131 argumentos com base técnica, a terceira com códigos que categorizavam as sugestões e a quarta que
132 indicava se a espécie em questão tinha potencial para alimentação em agricultura. Mencionou que
133 avaliaram em torno de 1.090 espécies da flora e 306 da fauna. Para edição de novas espécies na flora,
134 foram 158, a grande maioria bromeliáceas. Na fauna, apenas quatro. Para adequação da taxonomia ou
135 da categoria, identificaram problemas na taxonomia ou repetindo a revisão da categoria, em 36
136 espécies da flora e três espécies da fauna. E, por fim, reforçou a solicitação da ata anterior, que na
137 próxima revisão o prazo seja maior e que a organização das planilhas, se dê por grandes grupos e não
138 pela ordem alfabética geral.

139 140 **7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ANÁLISES DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A** 141 **PROPOSTA DE NOVA LISTA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO**

142 O Sr. **Wagner Fischer** (DESP/MMA) fez uma observação pontual quanto ao ajuste do número de
143 espécies avaliadas da fauna até 2021. Inicialmente foram registradas 8.227 espécies avaliadas, porém,
144 com uma revisão taxonômica recente esse número reduziu para 8.226 espécies avaliadas.

145 A Sra. **Thaís Laque Barbosa da Silva** (JBRJ) deu início a sua explanação indicando que de acordo
146 com o art. 27 da Portaria Ministério do Meio Ambiente, 401/2009, é atribuição do Instituto de Pesquisa
147 Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por meio do Centro Nacional de Conservação da Flora, coordenar
148 a revisão periódica da lista das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Nesse sentido,
149 mencionou que em junho do presente ano, foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente a
150 Propositura de Nova Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção. O panorama

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

151 geral da propositura que foi baseado no repositório de dados da flora do Brasil, apresenta cerca de
152 37.063 espécies nativas, sendo 19.685 espécies endêmicas ao território nacional. Dessas, 5.259
153 espécies foram avaliadas quanto ao risco de extinção. Informou que o número 7.830 significava o
154 número de vezes que as espécies da flora passaram pelo processo de fluxo de avaliação de risco, ou
155 seja, de mais de 5 mil espécies avaliadas, algumas foram avaliadas mais de uma vez, que seria o
156 processo de reavaliação do risco de extinção. Mencionou que a propositura contou com um total de
157 3.213 espécies ameaçadas, das espécies avaliadas, sendo que esse é um percentual de 22% da flora
158 nativa que já foi avaliada quanto ao risco de extinção. Considerando um total de flora nativa, que é
159 cerca de 40 mil (37.063), julgou evidente que representa um passivo muito grande para ser avaliado.
160 Citou que, desse percentual, cerca de 14% das espécies avaliadas estão como deficientes de dados,
161 13% das espécies como criticamente em perigo, 35% como em perigo, 13% como vulneráveis, 3% em
162 quase ameaça e 20% como menos preocupante. Numa representação do fluxo de alteração da categoria
163 de espécies que foram reavaliadas quanto ao risco de extinção, deixou claro que nem todas as alterações
164 de categorias são absolutamente genuínas. Essas alterações podem ter ocorrido em função de, no
165 processo de reavaliação, ter havido um aporte novo de dados diferenciados ao que tinha sido feito há
166 8 anos atrás. Nesse sentido, concluiu que as alterações de categorias foram evidentes, e pelo fluxo
167 ficam claros para algumas espécies. Por fim, apresentou considerações com relação aos principais
168 pontos apontados e sugestões apresentadas pela EMBRAPA e pela CNI.

169 EMBRAPA: sobre o prazo de revisão, informou ter ciência da complexidade técnica da análise do
170 estado de conservação, pois é o que fazem no JBRJ. Citou que tem um número restrito de avaliações
171 que se faz por ano, exatamente em função de toda a complexidade técnica e metodológica que tem o
172 processo, mas disse que não caberia ao instituto normatizar ou avaliar os prazos estabelecidos,
173 principalmente porque já estão estabelecidos em normativa ministerial.

174 Sobre a organização das planilhas, informou que os grandes grupos fossem identificados como
175 Angiospermas, Briófitas, Gimnospermas, Samambaias e Licófitas, elas já estavam inclusas na tabela
176 original proposta e encaminhada ao Ministério, em junho, e identificada na coluna C, denominada
177 Grupo Conforme FB 2020. Então, seria essa identificação dos grandes grupos.

178 Sobre os apontamentos a cerca de 1.090 espécies, que correspondem a 34% da lista proposta, a
179 EMBRAPA sugeriu a remoção de cinco espécies da lista, a alteração de categoria do estado de
180 conservação e/ou taxonomia para 36 espécies e a adição de 158 espécies.

181 Sobre as sugestões de remoção de espécies da propositura: 04 espécies que foram solicitadas a serem
182 removidas estavam passando pelo fluxo de reavaliação do estado de conservação do Centro.

183 Quanto à *Cuphea*, citada como um problema taxonômico, informou que não encontraram evidências
184 que corroborem o problema taxonômico apontado. Verificaram o válido e aceito pela Flora do Brasil
185 2020 e confirmaram com especialista botânico estudioso dessa espécie.

186 Sobre as sugestões de alteração de categoria de ameaça, corroborou que a edição de novas informações,
187 pode resultar na alteração da categoria do estado de conservação, contudo, só o fluxo de reavaliação
188 pode validar a alteração de uma categoria de risco de extinção que foi, preteritamente avaliada e hoje
189 está normatizada na portaria ministerial nº 443, de 2014. Ressaltou ainda a inviabilidade laboral e
190 logística, considerando o prazo estabelecido para as reavaliações e principalmente considerando que o
191 Brasil é um país megadiverso e tem cerca ainda de 80% da flora a ser avaliada quanto ao risco de
192 extinção.

193 Sobre as sugestões de adição de espécies à propositura, comentou que as informações complementares
194 fornecidas como valor ornamental, ocorrência restrita e usos diversos serão incorporadas aos perfis das
195 espécies indicadas e serão utilizadas no processo de reavaliação, no entanto, todas essas características
196 não alteram a categoria de ameaças. Ressaltou que a atribuição de uma categoria de ameaça, na
197 descrição de uma nova espécie ou em um trabalho taxonômico, não é considerada uma avaliação de
198 risco de extinção, visto que não é um trabalho chancelado pelo JBRJ e principalmente que tenha sido
199 validado pelos critérios metodológicos estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente em normativa.
200 Para colaboração na avaliação do estado de conservação de espécies novas, chancelada pelo JBRJ,

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

201 mencionou que é fundamental o contato entre os especialistas botânicos, responsáveis pela descrição
202 do novo táxon, com os avaliadores do CNCFlora/JBRJ.

203 Com relação aos apontamentos da CNI, a Sra. **Thaís Laque Barbosa da Silva** (JBRJ) iniciou dando
204 algumas informações metodológicas. Com relação à nomenclatura utilizadas nas fichas, lembrou que
205 a Sra. **Bárbara Pimentel Ibanez** ressaltou o fato de as espécies estarem registradas como as listadas
206 pela última vez, em 2008, 2012, 2018 para algumas espécies que ela apresentou. A Sra. Thaís informou
207 que o fato da nomenclatura ser vista pela última vez, não significa que essa espécie foi vista pela última
208 vez. Isso é uma nomenclatura determinada pelo método da União Internacional para Conservação da
209 Natureza (IUCN), que significa que essa espécie foi registrada em herbário fiel depositário pela última
210 vez naquela data. Então, os polígonos não foram traçados de acordo com o último avistamento e que
211 não se trata uma interpretação literal do português. Lembrou que as informações nas fichas, são
212 completamente vinculadas ao método e ao protocolo estabelecido pela IUCN, que é o método
213 normatizado pelo Ministério do Meio Ambiente, como fundamental para aplicação tanto do ICMBio
214 para fauna, como do JBRJ para flora. Complementou, ainda com uma questão metodológica, sobre os
215 critérios A e B que são os mesmos critérios, dentro da ficha, considerados como EOO e AOO. Informou
216 que ambos os critérios não estavam faltando informação em nenhuma das fichas e que todas foram
217 com todos os critérios estabelecidos. Apenas por uma questão metodológica, a IUCN pede que nomeie
218 o critério A como EOO e o critério B como AOO, e que estavam todos identificados nas mais de três
219 mil fichas encaminhadas à avaliação dos membros.

220 Com relação aos dados do SISFLORA, esclareceu que é um repositório de dados e que o IBAMA vem
221 trabalhando junto ao JBRJ, com o objetivo de melhorar o aporte de dados do SISFLORA no sistema
222 de avaliação de risco do JBRJ. Ressaltou que alguns dados desse sistema não podem ser utilizados
223 pelo JBRJ em função da falta de dados com relação ao nome da espécie, ou seja, as espécies que não
224 estão depositadas em herbários fiel depositários e que podem ser reconsultadas pelo JBRJ para que
225 tenha os seus dados validados, tendo certeza pelo especialista botânico que se trata de uma mesma
226 espécie. Dessa forma, ponderou que eles serão analisados pelo JBRJ em todas as plataformas de dados
227 existentes publicamente disponíveis, no entanto, nem sempre esses dados serão possíveis de serem
228 validados quanto à identidade taxonômica. Comentou que vem sendo feito um trabalho junto ao
229 IBAMA para que esse aporte de dados melhore.

230 Sobre a representatividade dos atos utilizados, mencionou que talvez seja a principal etapa do fluxo de
231 avaliação do estado de conservação, por durar mais tempo, ser mais minuciosa, altamente rigorosa e
232 apurada. Citou que além de toda a questão rigorosa que é feita com os dados, a validação taxonômica
233 ainda passa por especialistas botânicos reconhecidos pela Flora do Brasil 2020, que é o maior
234 repositório de dados do Brasil, inclusive reconhecido internacionalmente. Todos os dados de
235 ocorrência de espécies disponíveis em herbários fiel depositários e base de dados de amplo acesso
236 como, por exemplo, gbif, specieslink, reflora, jabot, artigos científicos, teses e dissertações e, inclusive
237 relatórios técnico-científicos publicamente disponíveis são compilados para se elaborar o conjunto de
238 dados pretérito à avaliação. Mais uma vez, reforçou que a diretriz da compilação de dados é
239 estabelecida pela IUCN e que o JBRJ faz exatamente como preconiza o método e que, posteriormente
240 a toda compilação de dados e realização de dados publicamente disponíveis, ainda há a validação do
241 especialista botânico. Ele que valida todas as ocorrências e tem autonomia de inserir ou retirar, validar
242 ou invalidar os registros, caso encontre incongruência na distribuição. A distribuição final ainda é
243 confrontada com os dados da Flora do Brasil, e caso haja discrepância, é mencionado no perfil do
244 táxon. As ocorrências validadas ou invalidadas são armazenadas junto ao perfil da espécie, tanto para
245 a nova avaliação quanto para o processo de reavaliação de risco.

246 Sobre o comentário da CNI “compreender de maneira clara e objetiva quais foram as ferramentas e
247 metodologias utilizadas”, a servidora do JBRJ lembrou que a metodologia utilizada para avaliações
248 e reavaliações do processo de risco de extinção de espécie da flora é padronizada seguindo um
249 protocolo que rege o sistema de critérios e categorias da IUCN e normatizado no parágrafo 2º do artigo
250 2º da Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 43, de 2014. E que, além da descrição das

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

251 metodologias disponibilizadas nos livros vermelhos, em artigo científico síntese e demais relatórios
252 produzidos pelo JBRJ (repositório de dados), ele ainda fica com todas essas informações detalhadas
253 de todo o processo de avaliação do risco de extinção. Esclareceu que além disso, também possuem os
254 dados e metadados utilizados no processo, armazenados junto ao perfil da nova avaliação ou
255 reavaliação da espécie, possibilitando acesso público a qualquer tempo, permanente e padronizado à
256 informação.

257 Sobre o comentário “as listas nacionais deverão ser elaboradas considerando aspectos regionais e as
258 necessidades de uso e ferramentas de gestão, de forma a possibilitar o uso sustentável das espécies
259 ameaçadas de extinção” mencionou que a propositura da Lista Vermelha é o resultado das análises de
260 risco de extinção que representam suas diretrizes regidas pelos critérios e categorias de acordo com a
261 IUCN e endossado pela Portaria nº 162, de 2016. Destacou que, de acordo com o artigo 2º, §2º da
262 Portaria Ministerial 162/2016, as categorias utilizadas no método de avaliação de risco de extinção de
263 espécies, estão de acordo com as definições e critérios da IUCN, em conformidade com a legislação
264 nacional e nos termos da CDB. Afirmou que não se abstiveram dos aspectos regionais porque julgam
265 imprescindíveis para atestar, por exemplo, declínios populacionais em diferentes partes das
266 distribuições geográficas cientificamente reconhecidas para as espécies e que isso está preconizado no
267 método da IUCN. Mais uma vez, ressaltou que o termo “visto pela última vez”, referiu-se à data da
268 última coleta da espécie na natureza, ou seja, a última vez que o material botânico de referência àquela
269 espécie foi depositada em herbário fiel depositário.

270 Sobre “área de ocorrência foi subestimada”, esclareceu que pelas regras de aplicação do critério da
271 IUCN, quando há certeza do registro de ocorrência da espécie, esse não pode ser contabilizado na
272 contagem dos valores de extensão de ocorrência EOO e área de ocupação AOO (e ressaltou que esses
273 eram os critérios apontados pela CNI como faltante nas fichas, os critérios A e B, mas reforçou que
274 eram os mesmos). Mencionou também, que um dos pilares da Ciência é a possibilidade de verificação
275 e replicabilidade, o que não poderia ser garantido a partir da incorporação dos dados de listagens de
276 espécies consolidadas a nível genérico, ou seja, nomes populares sem material botânico coletado e
277 depositado em herbário fiel depositário, que sirva como testemunho da presença das espécies em uma
278 determinada região geográfica, ou seja, dados do SISFLOR. Reiterou que é preciso ter registro da
279 espécie, material botânico fértil, depositado em herbário e publicamente viável, de acesso, para que
280 esses dados tenham a possibilidade de serem validados por especialistas botânicos e sejam
281 contemplados no processo de avaliação de risco do JBRJ.

282 Sobre o comentário “identificação de pressões e ameaças”, com relação ao Roxinho, explicou que
283 quando se sobrepõe as ocorrências validadas e as imagens de satélites, foi possível observar que os
284 registros estavam suprimidos em áreas sem vegetação, corroborando com o argumento da pressão e
285 ameaça sofrida e atribuindo perda de qualidade de habitat. Indicou que Breu Branco e Paragominas
286 possuem, respectivamente, cerca de 50,21% e 23,18% de áreas convertidas em pastagens, de acordo
287 com os artigos indicados na apresentação, mostrando que o vetor de ameaça não havia cessado.

288 Quanto ao comentário “justificativas utilizadas na ficha de avaliação, onde foi dito que o comércio de
289 madeira, legal e ilegal, pode ser o primeiro estágio da degradação e conversão florestal” que foi feito
290 no escopo das avaliações de comentários para o Angelim-Pedra, esclareceu que entre as justificativas
291 apresentadas, há distinção entre atividades legais e ilegais, resguardadas por literatura científica.
292 Comentou que em nenhum momento o fluxo de avaliação negligenciou as precauções das atividades
293 legais, apenas consideraram que são reais as modificações no uso do solo que a atividade gera. Todavia,
294 essas atividades legais não foram consideradas como vetores de pressão e ainda não foram sequer
295 contabilizadas como número de situações de ameaças. Citou que mencionaram que de acordo com
296 Charity *et al.*, 2016, essa atividade pode ser sim o primeiro estágio de conversão florestal.

297 Sobre o comentário “justificativas utilizadas na ficha de avaliação, onde foi dito que o comércio de
298 madeira, legal e ilegal, pode ser o primeiro estágio da degradação e conversão florestal”, também com
299 relação ao Angelim-Pedra, informou que para a caracterização das atividades ilegais contabilizaram,
300 como uma situação de ameaça, a pesquisa desenvolvida por Kauano e colaboradores (2017), a qual

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

301 registrou constantes atividades ilegais de grande impacto desenvolvidas na maior parte das áreas
302 protegidas da Amazônia. A maioria das infrações, inclusive estava relacionada à supressão e
303 degradação da vegetação, cerca de 37%.

304 Sobre o comentário “aqueles que praticam atividades ilegais não se submetem à Lista Oficial de
305 Espécies Ameaçadas de Extinção”, explicou que não podem monitorar, fiscalizar ou julgar. Que estas
306 funções não são legalmente atribuídas aos servidores do JBRJ. O Centro, assim como o Instituto de
307 Pesquisa JBRJ, tem a atribuição de conservar, passando por avaliação do risco de extinção e traçando
308 estratégias para a conservação da flora e não monitorar, fiscalizar ou julgar atividades ilegais de
309 extração.

310 Sobre distinção entre “o corte seletivo legal e ilegal” e sobre alteração de categoria Vulnerável para
311 Em Perigo, comentou as considerações que foram encaminhadas para Cerejeira e ressaltou: o corte
312 seletivo ilegal é contabilizado como uma situação de ameaça, e ainda foram estimadas outras quatro
313 situações de ameaça. Neste contexto, relatou que a espécie possui seus valores de AOO, número de
314 situações de ameaças e taxas de declínio contínuo dentro dos limiares para aplicação da categoria Em
315 Perigo – EN, o que justifica a reavaliação e classificação em categoria de maior ameaça.

316 Sobre o comentário “a utilização de dados do sistema SISFLORA/MT”, a Sra. **Thaís Laque Barbosa**
317 **da Silva** (JBRJ) não tem dúvida que se as informações forem disponibilizadas regularmente e puderem
318 ser validadas taxonomicamente, serão um ganho para esse processo de avaliação de risco de extinção
319 da flora. Mencionou que isso já vem sendo feito em parceria junto ao IBAMA para que esses dados
320 sejam usados para todo o sistema governamental do Ministério do Meio Ambiente. Por fim, ofereceu
321 à plenária, passar pelo crivo de uma junta de especialistas, se o colegiado julgar necessário.

322 A Sra. **Mariella Butti de Freitas Guilherme**, Coordenadora do Processo de Avaliação de Espécies
323 dos Queixadas (ICMBio) iniciou a apresentação destacando que a atribuição de avaliação do risco de
324 extinção da fauna, é uma atribuição do ICMBio e instituída pelo Decreto 10.234, de 2020, normatizada
325 pelo IN 09, de 2020. Essa IN estabelece, no seu artigo 2º, que a avaliação dos grupos será um processo
326 regular e contínuo. Para esse processo, mencionou que é necessário formar uma rede permanente de
327 especialistas para garantir que as avaliações e recomendações de conservação sejam baseadas nos
328 melhores dados disponíveis. No seu § único, foi estabelecido que as espécies da fauna brasileira serão
329 reavaliadas a cada cinco anos. Comentou que sempre há uma avaliação em caráter excepcional, quando
330 novas informações consistentes indicam uma possível alteração do risco de extinção. Então, sobre o
331 Queixada, a avaliação começou com um processo que chamam de Consulta, o qual é feito
332 direcionalmente a especialistas. De dezembro de 2017 a janeiro de 2018, a consulta foi direcionada a
333 26 especialistas da espécie, mas esse processo também foi feito de forma ampla em meio digital, pelo
334 sítio eletrônico do SALVE. Relatou que pode ser acessado por qualquer pessoa que tenha informação
335 e que eventualmente não conste dessa lista inicial de pesquisadores que são contatados. E que é um
336 processo que tem toda a publicidade e toda a transparência necessária para aporte de informação. A
337 Oficina de Avaliação é o momento que culmina na análise das informações que chegaram pelo
338 processo de consulta. Além disso, mencionou que fazem a compilação de dados da literatura. Essa
339 oficina de avaliação foi realizada em fevereiro de 2018. Relatou que os dados trazidos para essa lista
340 atual, foram compilados em 2017 e em fevereiro de 2018 e contou com a colaboração presencial de 17
341 especialistas de 12 instituições de pesquisa, em Atibaia, no CENAP - Centro Nacional de Pesquisa de
342 Conservação Mamíferos Carnívoros. Com relação ao Queixada, mencionou que já tiveram um
343 resultado da avaliação do primeiro ciclo, onde a espécie foi considerada vulnerável no Brasil. E, na
344 avaliação global, o Queixada não é uma espécie endêmica no Brasil, então, ela tem uma avaliação que
345 é feita pela própria IUCN de forma global, ou seja, em toda a sua distribuição, onde a espécie também
346 é considerada vulnerável. A espécie também consta de listas estaduais. Relatou que o ICMBio faz
347 avaliação em todo o território nacional dessa espécie, que tem uma ampla distribuição e os Estados
348 fazem avaliações regionais dentro do Brasil. E, de nove Estados brasileiros que têm listas de mamíferos
349 ameaçados, a espécie consta como ameaçada em oito. Reforçou que de nove Estados que tem lista de
350 espécies ameaçadas, em oito, ela está avaliada em uma categoria de ameaça até mais grave do que a

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

351 categoria da classificação nacional. Todas essas avaliações são independentes e cada Estado faz a
352 avaliação com base nas informações do seu próprio Estado. A solicitação que chegou para que eles
353 respondessem, indicou que haveria novos registros de ocorrência e novas informações que deveriam
354 ser consideradas. Também indicou que as áreas agrícolas deveriam ser computadas como área de
355 habitat para Queixada, e que a situação observada lá no Cerrado do Parque Nacional da Emas, deveria
356 ser aplicada a outros biomas como, por exemplo, a Mata Atlântica, onde também houve conversão de
357 áreas para uso agrícola. Além disso, disse que o IOP argumentou que a caça e os efeitos de químicos
358 usados na agricultura seriam diversidades menores diante dos supostos benefícios que a agricultura
359 traria para essa espécie. Esses foram os principais pontos que o ICMBio procurou responder e como
360 forma de aportar informações para essa resposta, eles colocaram divergências do **RIA** para o processo
361 de avaliação. Relatou que uma rede de especialistas foi contatada para ajudar com as informações. O
362 coordenador do táxon (responsável ligada ao processo de avaliação) contatou os especialistas que
363 trabalharam na avaliação da espécie no Brasil e o grupo especialistas da IUCN, o Peccaries Specialist
364 Group. Nessa manifestação, eles indicaram que realmente há alguns pontos que foram mostrados que
365 podem ser incluídos, mas todos esses pontos já estão dentro dessa área de distribuição proposta pelo
366 mapa apresentado. Apenas um ponto (Rio Grande do Sul) traria um aumento discreto na extensão de
367 ocorrência da espécie, mas esse não foi o critério usado para avaliação que leva em consideração perda
368 de impacto na qualidade de habitat, perda de área de habitat. É um ponto que pode ser incluído na
369 avaliação, mas não vai levar a alteração do status de conservação. Manifestou que estão avaliando uma
370 espécie que tem uma distribuição ampla em praticamente todos os biomas brasileiros e a espécie não
371 está presente nos Pampas, e já tem pontos graves de extinção na Caatinga. Relatou que a maior parte
372 os dados trazidos não existiam na época da avaliação, em janeiro de 2018 e trouxe outros trabalhos
373 recentes. Mencionou Oshima *et al.* 2021, em que descrevem a situação de adequabilidade de habitat
374 para essa espécie, que mostra que o Brasil tem apenas 17% da distribuição da espécie com áreas
375 adequadas. Citou informações recentes com relação aos incêndios que ocorreram no Pantanal, onde a
376 espécie tem as populações bem saudáveis, bem numerosas, são densidades razoavelmente grandes
377 perto do se conhece para o resto da distribuição no Brasil. O ICMBio tem dados que os incêndios que
378 aconteceram no ano passado afetaram a espécie de forma direta, com mortes diretas de muitos
379 indivíduos. O trabalho do (...) Flamarion mostrou morte de 6.700 indivíduos em uma área de 170 mil
380 hectares no SESC Pantanal. E outra publicação recente que mostrou como os vertebrados, de modo
381 geral, foram impactados em todo o Pantanal, considerando que o Pantanal era uma área onde a espécie
382 estava razoavelmente bem e esses últimos incêndios impactaram a espécie de forma direta. Sobre esses
383 dados de conflito com as áreas agrícolas, mencionou que também foi publicado recentemente (Lima
384 *et al.*, 2019), descrevendo a situação preocupante em que o cenário agrícola impõe para o Queixada.
385 A espécie realmente entra em áreas agrícolas dentro das áreas de plantio, e em retaliação sofre abate
386 ilegal, às vezes, envenenamento. Esses dados desse artigo corroboram uma observação do ICMBio, do
387 CENAP. A pesquisadora disse que em 2017 a equipe foi a campo e mostrou duas fotos de carcaças de
388 Queixadas encontradas dentro da área de plantio e ossadas (crânios) dentro de uma área de selva, numa
389 reserva legal de área vizinha a área de plantio. Concluiu que a espécie não está em uma posição
390 confortável dentro das áreas agrícolas. É uma área de conflito que também é uma ameaça para a
391 população. Outros trabalhos mais recentes mostram a movimentação de indivíduos. Foram colocados
392 colares e analisada a movimentação de indivíduos em áreas agrícolas e na Mata Atlântica, as espécies
393 passaram cerca de 10% do tempo em área de plantio, 90% da sua movimentação foi em área de
394 vegetação nativa. De forma semelhante, o trabalho do Enio, que foi mencionado, também mostrou a
395 importância das áreas naturais para o deslocamento das Queixadas no entorno do Parque Nacional das
396 Emas. A espécie pode utilizar fragmentos pequenos desde que haja uma área considerável de vegetação
397 nativa. Nesse caso, o Parque Nacional das Emas é um parque com mais de mil quilômetros quadrados
398 de vegetação natural. Então, esses foram os dois trabalhos que mostraram essas informações. Uma
399 outra informação sobre a espécie é que ela tem ciclos de boom-bust, ciclos em que a população da
400 espécie aumenta muito e em seguida a população declina, podendo, inclusive desaparecer. Esses ciclos

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

401 são longos. Eles são ciclos de décadas, e eles evidenciam que mesmo em números grandes, a espécie
402 pode declinar rapidamente até mesmo em área em que as florestas estão intactas. Ressaltou as florestas,
403 porque a espécie tem um comportamento mais florestal do que de áreas abertas. Isso foi observado em
404 toda a área de distribuição da espécie, tanto dentro do Brasil como fora do Brasil. Refletiu que com
405 base no que se conhece da espécie, a situação reportada ao Parque Nacional das Emas, é uma situação
406 isolada e que não deve ser extrapolada para toda a área de distribuição. O Peccaries Specialist Group,
407 o grupo de especialistas de Queixadas, também esclareceu que essa situação em que a população é
408 numerosa, não significa que ela esteja fora de risco. Repassou informações, por exemplo, do Parque
409 Nacional do Iguaçu, em que uma estimativa foi feita com mais de doze mil indivíduos e alguns anos
410 depois a espécie desapareceu, não sendo mais identificada por 20 anos. Essa identificação foi feita
411 apenas há uns três anos atrás, depois de 20 anos sem nenhum registro. As evidências mostraram que
412 mesmo em áreas em que há consumo de milho pela espécie, ela também é dependente de áreas naturais.
413 Colocou que é necessário fazer uma distinção entre o milho como recurso alternativo e uma área de
414 plantação de milho como habitat, que não há comprovação científica e nenhum trabalho mostrou que
415 a espécie usa essas áreas como habitat para reprodução, abrigo, todas as atividades que a espécie
416 executa no ambiente. Os efeitos da caça, no entanto, são muito bem estudados para essa espécie.
417 Mencionou que existe recorte de declínio em áreas de intensa atividade de caça. Esses efeitos
418 permanecem na população mesmo depois da interrupção das atividades, ou seja, a retirada de
419 indivíduos da natureza por morte, por abate é algo que baixa as densidades ou elimina a espécie mesmo
420 por muitos anos depois dessa atividade cessar. E defaunação, uma consequência da caça exagerada em
421 algumas áreas, atinge, sobretudo, as espécies de mamíferos de maior tamanho corporal. A Queixada é
422 uma espécie de predileção para a caça e tem pouca resistência a essa atividade. Quanto aos agrotóxicos,
423 relatou não ter informação específica para Queixada, mas indicou um trabalho recente da Medici *et al.*
424 que mostrou os efeitos negativos encontrados para Anta. As Antas habitam lugares muito parecidos,
425 têm atividades diárias e hábito alimentar muito semelhante aos dos Queixadas, mas são indivíduos
426 solitários, enquanto os Queixadas vivem em grupos. Dessa forma, julgou que os efeitos negativos
427 encontrados para as Antas podem ser também encontrados para Queixada, mas são dados recentes. Por
428 fim, citou a Portaria 444, de 2014, que também categoriza a Queixada como uma espécie vulnerável,
429 ou seja, não haveria alteração da categoria em nenhum dos dois cenários: se a lista for publicada com
430 a categoria de 2014, categoria já publicada, ou se for ratificado o processo de avaliação conduzido pelo
431 ICMBio, em 2018. Comentou que não tem motivo para desconsiderar os resultados alcançados e nem
432 adiar o processo que está previsto para acontecer daqui a pouco mais de um ano, em 2023, nesse ciclo
433 de cinco anos para avaliação. O ICMBio recomendou que a avaliação do risco de extinção da Queixada,
434 espécie *Tayassu pecari*, seja validada e publicada como vulnerável pelo critério A4cd ratificando o
435 processo conduzido por este Instituto.

436 O Sr. **Rodrigo Jorge**, Coordenador do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e Conservação
437 do Cerrado (ICMBio) apresentou sobre as contribuições encaminhadas pela EMBRAPA.
438 Primeiramente, comentou sobre 4 sugestões de alteração de categoria ou de retirada da lista. Eram duas
439 espécies de Coleóptera e duas espécies de Hymenoptera, de abelhas. Indicou que as duas Coleópteras
440 e a primeira Hymenoptera estavam propondo uma alteração da situação. E na segunda Hymenoptera,
441 estava se propondo a retirada da lista. Comentou que para todas essas espécies, a proposta que foi
442 encaminhada, foi no sentido de recomendar a manutenção da categorização anterior, que consta na
443 lista vigente, pelo fato do ICMBio ainda não ter feito a reavaliação e validação. Conforme especificado
444 na planilha, elas estão marcadas como uma antiga categoria de 2014, por não ter havido reavaliação
445 ou validação. Considerou que nesses casos, não houve alteração da portaria de fauna ameaçada de
446 extinção até que nova avaliação seja validada e disponibilizada, o que, conforme foi já explanado nas
447 apresentações anteriores, ocorre de forma cíclica e contínua. Essas espécies que são contempladas vão
448 ser objeto de reavaliação e vão ser validadas e devem entrar nos próximos anos, provavelmente já no
449 próximo ano, na proposta de atualização. Sobre as outras quatro sugestões, falou que são de inclusão
450 de espécies na lista, e que são quatro espécies de Hymenoptera, de abelhas, e contemplam espécies que

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

451 estão sugeridas para serem incluídas na lista, mas que são espécies que estão em processo de avaliação.
452 Para fauna, conforme determinado na Portaria 43, de 2014, o ICMBio faz avaliação do grupo completo,
453 todas as espécies de vertebrados. Porém de invertebrados, faz-se a avaliação em uma proporção, uma
454 parcela dos invertebrados, seletivamente, com base na sua importância social econômica ou ecológica.
455 Essas espécies, até o momento elas não passaram pelo ciclo de avaliação e validação. Dessa forma,
456 julgou não caber nesse momento a sua inclusão na lista. Informou que caberia a inclusão como espécies
457 candidatas dentro do ciclo de avaliação e, nas próximas avaliações, elas poderiam ser avaliadas e
458 consideradas conforme a proposta que foi encaminhada pela EMBRAPA. As informações relativas às
459 espécies de abelhas e coleópteros poderão ser usadas no momento da realização das próximas
460 avaliações desses grupos. Concluiu colocando que essas avaliações de validação da fauna seguem em
461 curso e, portanto, devem ser apresentadas nas próximas propostas de atualização da lista.

462 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) questionou os membros quanto a realização de
463 um intervalo e foi unanimemente apoiado.

464 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) agradeceu ao JBRJ e ao ICMBio por ter considerado as
465 sugestões e feito as revisões. Sobre a fauna, perguntou ao ICMBio, se as espécies novas que eles
466 sugeriram, não estavam na lista de trabalho inicial do instituto, porque não teria como avaliá-las agora
467 e, ainda, se elas ficariam como espécies a serem levadas em consideração para a próxima revisão.

468 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) confirmou.

469 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) estendeu o mesmo questionamento ao JBRJ, sobre as
470 novas espécies sugeridas da flora.

471 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) registrou que a Sra. **Thaís Laque Barbosa da**
472 **Silva** (JBRJ) acenou confirmando.

473 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) sugeriu que antes da próxima revisão, haja uma
474 comunicação com maior antecedência, para articular um número maior de pesquisadores que possam
475 auxiliar no processo. Em relação à flora, sobre as sugestões de alteração de categoria, sugeriu ampliar
476 a discussão por meio de um painel ou algum evento técnico.

477 A Sra. **Thaís Laque Barbosa da Silva** (JBRJ) respondeu sobre as espécies que a EMBRAPA pediu
478 para alterar a categoria, que elas realmente precisam passar pelo fluxo de reavaliação de risco e elas já
479 estão no fluxo de trabalho atual do JBRJ. E a ideia é que eles encaminhem anualmente uma propositura
480 para inclusão de novas espécies, subsidiando as portarias que já existirem. Sobre o contato com
481 especialistas, informou que eles têm a sua rede de especialistas, inclusive pesquisadores da
482 EMBRAPA, que já são especialistas de grupos específicos. Informou que o contato do Centro do
483 Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro junto ao especialista, depende do recorte
484 de espécies que o Centro trabalha a cada semestre. Então, o fluxo de trabalho, é definido por recortes.
485 Citou que têm cerca de 40 mil espécies da flora, sendo que avaliaram até hoje, cerca de 7, 8 mil. Um
486 passivo muito grande de espécies a avaliar. E conforme vão avaliando, separando recortes específicos,
487 vão contactando especialistas que estejam relacionados às espécies que vão sendo avaliadas. Dessa
488 forma, os contatos com os especialistas, são um pouco mais direcionados, menos generalistas, muitas
489 vezes.

490 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) questionou primeiramente, se as espécies
491 reavaliadas passariam pelos painéis de discussão e, em seguida, sugeriu interação com os dados do
492 Inventário Florestal Nacional, pensando nas espécies madeiras para produzir um trabalho mais
493 denso por conta do impacto social e econômico do uso dessas espécies.

494 A Sra. **Thaís Laque Barbosa da Silva** (JBRJ) respondeu que com relação à reavaliação, falou que
495 existem algumas espécies que estão no seu fluxo, são referentes às espécies do parecer da Embrapa e
496 não as espécies que foram apresentadas pela CNI. Com relação ao Inventário Florestal, mencionou que
497 fazem o uso do Inventário Florestal Nacional desde as primeiras avaliações de risco, em 2009, esses
498 dados são usados. Com relação às penalizações de manejo florestal, explicou que não é uma atribuição
499 que cabe ao debate do Centro. Opinou que é uma atribuição que cabe mais à Plenária e aos órgãos que
500 têm atribuição pertinente a isso.

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

501 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) quis saber por qual motivo tem tão poucos pontos
502 de amostras colocados nos mapas, já que são utilizados os dados Inventario Florestal e eles têm bem
503 mais pontos.

504 A Sra. **Thaís Laque Barbosa da Silva** (JBRJ) explicou que os pontos que estão no mapa são a base
505 do traçado do polígono e eles são pontos de dados de ocorrência daquelas espécies com material
506 botânico depositado em herbário fiel depositário, ou seja, o método estabelece que esse é o
507 procedimento para traçar o polígono. Reforçou que isso não é uma determinação arbitrária do JBRJ.
508 Isso é o respeito ao método que é estabelecido pela IUCN e que é normatizado pelo Ministério para
509 uso de avaliação de risco de extinção. Então, o polígono é traçado com base nos dados de ocorrência
510 das espécies, dados esses que são originários de material biológico fértil depositado em herbários. É
511 diferente de avistamento em campo de populações, é diferente dos dados que a CNI apresentou como
512 levantamento de pontos frágeis do trabalho apresentado pelo JBRJ. Na verdade, não é um avistamento.
513 Eles são dados de pontos de ocorrência gerados por registros de material biológico fértil em herbário.
514 O Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) comentou que existe a Resolução CONAMA 406, que
515 dá regramento ao Plano de Manejo Florestal Sustentável. Isso é seguido pelo IBAMA e pelos Estados,
516 e há uma obrigatoriedade da identificação botânica nesses inventários. Aconselhou que essa
517 possibilidade fosse analisada.

518 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) propôs que fosse criado um painel de discussão
519 na CONABIO (previsto na Portaria 162) para avaliar essas espécies trazidas e contestadas tanto parte
520 a Embrapa, quanto da parte pela CNI e do IOP, levando em consideração esses novos dados.

521 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) pediu a palavra e comentou sobre algumas questões que estavam
522 afetando a atividade pesqueira no Brasil. Mencionou a recente criação do Grupo de Trabalho
523 Interministerial (GTI), que foi assinado pelo MAPA e MMA e também, considerando o uso comercial
524 de diversas espécies de peixes e o descarte que é imposto a essas espécies ameaçadas e capturadas
525 como fauna acompanhante das pescarias, que dificulta o monitoramento e há um grande desperdício
526 de proteínas, sugeriu que essa lista de espécies de peixes, de invertebrados e etc. fosse avaliada após
527 os resultados desse GTI que também vai avaliar a eficiência dos planos de recuperação já
528 implementados pelo ICMBio. Relatou que enquanto o Brasil faz a conservação e preservação das
529 espécies sugeridas (essas espécies que são altamente migratórias, oceânicas), elas são capturadas por
530 diversos países, incluindo os vizinhos Uruguai e Argentina, além de embarcações internacionais que
531 operam em águas internacionais por fora das nossas 200 milhas. Exemplificou que o Uruguai obedece
532 às diretivas do ICCAT (Comissão Interministerial para Conservação dos Atuns do Atlântico). Esse
533 fórum trata, além de atuns, peixes de bico, raias, tubarões, tartarugas e outras espécies. É um órgão
534 internacional composto por 52 países que pescam no Atlântico Norte e Sul. Lembrou que as espécies
535 oceânicas mencionadas nessa sugestão posta na CONABIO, não possuem nenhuma restrição nem para
536 captura e nem para descarte internacional. Mencionou que financiaram, através do CNPq, cinco
537 grandes projetos que avaliam e discutem dezenas de espécies para o melhor ordenamento. Solicitou
538 que não sejam incluídas novas espécies sem que todas essas ações mencionadas sejam finalizadas para
539 fim de gestão pesqueira, além de reforçar a necessidade do Brasil respeitar e seguir as recomendações
540 do ICCAT (já que é signatário), para não tomarem medidas unilaterais isoladas dos demais países e,
541 no fim das contas serem ineficazes e ineficientes para o objetivo que todos do colegiado almejam, que
542 é uma pesca baseada no tripé econômico, social e ecossistêmico.

543 O Sr. **Leandro Silveira** (IOP) pediu a palavra, porém sua transmissão estava bastante prejudicada. O
544 Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) solicitou que o conselheiro enviasse um áudio via
545 *whatsapp* para o Sr. **Wagner Fischer** (DESP/MMA).

546 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) consultou o Sr. **Olavo Medeiros** (Conjur/MMA)
547 a respeito da extemporaneidade da solicitação do Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA).

548 O Sr. **Olavo Medeiros** (Conjur/MMA) lembrou o parecer que firmou a primeira prorrogação, onde
549 restou claro que não tem formalidade o processo administrativo. É possível essa prorrogação. Não seria
550 permitida se fosse vedada, proibida. A condicionante, inclusive constitucional é que o processo não

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

551 pode deixar de ser razoável, porque o que rege é a duração razoável do processo administrativo.
552 Observou que existe a possibilidade do prazo, no momento em que os membros considerarem que essa
553 delongação do tempo se torne desarrazoada e prolongue desnecessariamente o processo, aí ela será
554 vedada juridicamente.

555 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) quis compreender se a revisão das espécies por meio de
556 painel (ou alguma forma de *feedback*) do ICMBio e do JBRJ para a CONABIO, aconteceria quando
557 elas entrassem no fluxo de avaliação. Achou bastante interessante a sugestão do painel.

558 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) sugeriu que fosse colocado em votação para averiguar se os membros
559 permitem que as considerações do MAPA sejam ponderadas.

560 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) discordou que fosse um encaminhamento razoável, porque acaba
561 desconsiderando aquilo que foi discutido e deliberado nas reuniões anteriores. Mencionou sobre a
562 reunião em junho, onde foi apresentada a proposta de atualização, em que foi apresentado o prazo com
563 base na portaria. E o prazo foi votado e deliberado por ser mantido. Após transcorrido o período, as
564 contribuições chegaram a eles e foram analisadas e apresentadas à plenária. Opinou que a proposta
565 poderia ter ocorrido na primeira discussão, em junho, quando já havia sido criado o GTI. Enfatizou
566 que o processo de avaliação é um processo cíclico e caso o Grupo de Trabalho gere informações
567 passíveis de serem utilizados na reavaliação e recategorização dessas espécies, elas serão utilizadas
568 assim que forem geradas, organizadas e validadas no âmbito desse grupo e depois utilizadas na
569 avaliação. Julgou preocupante os membros ficarem aguardando um resultado do Grupo de Trabalho e
570 protelando a atualização da categorização de espécies que foram avaliadas e têm um estado de
571 conservação ou risco de extinção.

572 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) insistiu para que o Secretário Olivaldi ponderasse e essas
573 contribuições fossem consideradas.

574 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) questionou se o O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA)
575 tinha a lista das espécies.

576 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) confirmou e disse que enviaria pelo chat.

577 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) perguntou quantas espécies eram.

578 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) respondeu que eram 18 espécies oceânicas, “especialmente
579 oceânicas”.

580 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) colocou em pauta a opção de publicar a lista com
581 as espécies que não foram contestadas e fazer um painel (conforme previsto na Portaria 162 do MMA).

582 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio), o Sr. **Bruno Henrique Rodrigues de Melo** (MDR), o Sr. **Mário**
583 **Augusto de Campos Cardoso** (CNI) e o Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) questionaram
584 quais eram as espécies que iriam para o painel.

585 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) respondeu que já estavam providenciando a
586 projeção com o nome das espécies. Recapitulou que as espécies que constam da lista e já estavam na
587 lista de ameaçadas, continuariam com o mesmo status. Caso contrário, elas ficariam no “limbo”. E a
588 lista seria projetada para que todos pudessem analisar.

589 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) propôs uma questão de ordem. Sugeriu que fosse tratado
590 separadamente em relação ao conjunto de espécies que passaram por todo o rito e o trâmite que está
591 previsto na CONABIO, na Portaria 162, que são as contribuições da EMBRAPA e CNI e a
592 contribuição que entrou pelo Secretário Seif, que não passou pelo rito que está previsto na Portaria
593 162.

594 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) questionou se ele estava propondo que as listas
595 seriam discutidas de forma diferente.

596 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) confirmou e propôs que fossem votadas separadamente.

597 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) abriu a votação para verificar se a plenária
598 admitia a lista trazida pelo Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA). Os votos se distribuíram da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO	VOTO
-------------	------

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

CNI	SIM
CNA	SIM
IOP	SIM
MAPA	SIM
EMBRAPA	SIM
MD	SIM
ME	SIM
MRE	SIM
MS	SIM
MDR	ABSTENÇÃO
IBAMA	SIM
ICMBio	NÃO
JBRJ	ABSTENÇÃO

599 Lembrou que a gente estava cumprindo o Regimento, inclusive analisado pela CONJUR. O resultado
600 da votação foram 10 votos “sim”, 1 “não” e duas abstenções. Dessa forma, a lista do Sr. **Jorge Seif**
601 **Júnior** (MAPA) foi admitida. Em seguida, revisou o artigo 2º da Portaria 162/2016: “Propostas de
602 inclusão e exclusão de espécies das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção
603 deverão seguir os seguintes procedimentos.” “II - O Ministério do Meio Ambiente apresentará à
604 Comissão Nacional da Biodiversidade – CONABIO, as proposições de alteração das espécies
605 constantes nas Listas Nacionais;” “III - Os membros da CONABIO terão sessenta dias para
606 manifestação acerca da proposta e apresentação de estudos e análises em caso de divergência;”.
607 Mencionou que foi o que aconteceu, de forma extraordinária, e a plenária decidiu que sim. Que o Sr.
608 **Jorge Seif Júnior** perdeu o prazo pelos motivos por ele mencionados e a Plenária admitiu. Continuou
609 citando a Portaria: “IV - Para avaliar a pertinência das proposições apresentadas pelos membros da
610 CONABIO, o Ministério do Meio Ambiente poderá convocar especialistas para compor painel;” E
611 explicou que, diante do artigo 2º, inciso 4 da Portaria 162, o plenário decidiria se convocaria
612 especialistas para compor o painel. Na próxima reunião seria discutido como seria este painel, porque
613 este assunto não estava na pauta.

614 A Sra. **Luciana Della Coletta** (ICMBio) discordou sobre o prazo, afirmando que esse de 60 dias já
615 tinha sido cumprido anteriormente para várias contribuições.

616 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) solicitou que ficasse registrado que o ICMBio discordou que estava
617 sendo cumprida a Portaria 162, porque conforme consta no inciso 3, além do prazo de 60 dias, o prazo
618 era para apresentação de estudos e análises. E, no caso das espécies de peixes, não foram apresentados
619 estudos e análises. Mencionou que o prazo foi aberto, foram dados os meios e não foram apresentados
620 sequer divergências dentro do prazo, muito menos estudos ou análises.

621 O Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) apresentou questão semelhante ao ICMBio. Comentou
622 que EMBRAPA e IOP tiveram espaço para contra-argumentações. Questionou sobre a apresentação
623 dos estudos da SAP/MAPA e se seria dado um novo espaço ao ICMBio ou se iria direto para o painel
624 de especialistas. Solicitou atenção para que o espaço de discussão do ICMBio não seja retirado.

625 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) concordou que deveria ser mantido o mesmo
626 procedimento para todos. Questionou se o Sr. **Jorge Seif Júnior** tinha os estudos, baseados no ICCAT,
627 para encaminhar para a plenária.

628 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) disse que não precisaria do prazo, porque já encaminharia
629 diretamente aos membros. Ressaltou que parte da argumentação foi finalizada na semana anterior,
630 porque os painéis do ICCAT tinham finalizado há pouco tempo e eles estavam aguardando as decisões

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

631 do ICCAT para saber a posição global desse fórum, para poder apresentar ou não argumentos.
632 Comentou que se o ICCAT tivesse alguma proibição, eles não se manifestariam. No entanto, o ICCAT
633 não deliberou sobre nenhuma daquelas espécies, nenhum tipo de proibição ou restrição e por isso, sem
634 uma posição do ICCAT, a SAP/MAPA não poderia se manifestar. Falou que tinha os estudos para
635 encaminhamento imediato.

636 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) encaminhou da seguinte forma: receberia esses
637 estudos naquele dia, registraria o recebimento desse material e, até a próxima reunião, teria a posição
638 do ICMBio, contrapondo ou não os estudos que o Sr. **Jorge Seif Júnior** trouxe.

639 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) concordou e agradeceu.

640 O Sr. **Samuel Rezende Paiva** (EMBRAPA) questionou se o MMA tem o poder de atualizar a lista
641 quando quiser.

642 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) respondeu que não publicariam agora as espécies
643 que estão contestadas. Exceto se elas já constavam da lista anterior.

644 O Sr. **Jorge Seif Júnior** (MAPA) comentou que aquelas espécies que não foram discutidas no fórum
645 do ICCAT, eles não se opuseram. A SAP, como representante brasileiro no fórum do ICCAT
646 necessitava que fossem feitas essas discussões internacionais antes de fazer uma posição que não
647 contrariasse esse fórum internacional. Se o Brasil contrariasse, se tivesse uma posição unilateral, isso
648 poderia ter consequências, por exemplo, de fechamento de mercados para o Brasil. Explicou que o
649 atraso foi pela extemporaneidade entre o prazo aqui disponível para eles e o fórum do ICCAT, que
650 finalizou há poucos dias.

651 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) informou que colocaria o áudio do Sr. **Leandro**
652 **Silveira** (IOP) enviado pelo aplicativo *whatsapp*.

653 O Sr. **Leandro Silveira** (IOP) fez algumas ponderações: 1) sobre a fala da Sra. **Mariella Butti de**
654 **Freitas Guilherme** (ICMBio) onde ela considera que 65 novos registros não são tão relevantes porque,
655 afinal, não aumentou a distribuição da espécie. Se disse preocupado, mostrando que os critérios de
656 avaliação não foram aprofundados, porque os registros já existiam, bastava ter procurado por esses
657 registros. Comentou que existem inúmeros dados simplesmente não publicados na forma de relatórios,
658 inclusive do Governo, guardados nos Estados e esses dados não foram considerados; 2) não percebeu
659 o ICMBio fazendo um contraponto na questão da análise área de pecuária com agricultura; 3) em
660 relação ao ponto no Rio Grande do Sul, que a espécie era considerada extinta há décadas e a espécie
661 volta a aparecer. Julgou necessário entender o que está acontecendo; 4) sobre a caça, concordou com
662 vários pontos colocados, porém questionou porque os dados publicados desde 2004 informam que a
663 caça no entorno do Parque das Emas já existia e, mesmo assim, a população local só aumentou; 5)
664 observou que tem vários pontos onde a espécie está praticamente ausente de áreas de Cerrado e, onde
665 tem agricultura, a espécie está recolonizando, ou seja, tem áreas onde a espécie não entra na lista da
666 unidade de conservação e já nas áreas de agricultura ela está em aumento, sendo registrada nas
667 lavouras. Julgou que talvez exista um tendenciamento nas avaliações. Aconselhou a buscar mais dados
668 e não se apegar tanto a artigos de alguns grupos ou resultados de teses que, às vezes, são dados muito
669 apaixonados e pontuais, e olhar uma escala mais macro, pensando realmente em conservação da
670 espécie.

671 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) comentou que as questões em relação à metodologia foram feitas em
672 uma apresentação na primeira reunião, onde foi apresentada a proposta, é agora seria quase impossível
673 fazer uma discussão mais detalhada e exaustiva a respeito da metodologia. Sobre o que foi sugerido,
674 que não faz diferença os registros de ocorrência, que parece ser algo tendencioso, respondeu que não
675 se trata disso. Trata-se de seguir a metodologia. Sobre a análise de forma tendenciosa, rebateu que no
676 caso do ICMBio, eles apresentaram dados publicados, artigos científicos. Mencionou que o aporte que
677 foi feito pelo IOP, não deve ser desconsiderado e são dados pontuais para a região do Parque Nacional
678 das Emas, de uma empresa de consultoria, porém não são dados publicados. Concluiu que existe aí
679 uma diferença significativa de peso dos dados que estão sendo considerados.

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

680 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) concordou que a metodologia está posta,
681 inclusive internacionalmente. E colocou que discutir metodologia não é o caso da CONABIO, pelo
682 menos neste fórum, neste momento. Opinou que o painel, trazido pela Portaria 162, pode ser uma
683 oportunidade de evidenciar isso a outros profissionais que não tiveram a oportunidade de participar e
684 que tenham competência. A metodologia esclarece tantos pontos que muitas vezes podem nos levar a
685 um discurso diferente. Solicitou que, caso o Sr. **Leandro Silveira** (IOP) fosse contrapor, que fosse
686 conciso. Não foi possível compreender sua transmissão e o Sr. Olivaldi pediu que enviasse novo áudio
687 via *whatsapp*.

688 Em seguida, o Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) abriu a votação sobre a questão:
689 vamos aplicar o artigo 2º, inciso 4, da Portaria 162 para essas espécies trazidas agora já admitidas
690 (marinhas) e mais essas espécies trazidas outrora pela CNI e pelo IOP? Com a observação de que na
691 próxima reunião da CONABIO se estabeleceria a forma e quais seriam esses especialistas. Os votos
692 se distribuíram da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO	VOTO
CNI	SIM
CNA	SIM
IOP	SIM
MAPA	SIM
EMBRAPA	SIM
MD	SIM
ME	SIM
MRE	SIM
MDR	SIM
MS	AUSENTE
IBAMA	SIM
ICMBio	NÃO
JBRJ	SIM

693 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) partiu para uma terceira votação, onde colocou
694 que a CONABIO ia publicar as espécies da nova lista vermelha, excetuando aquelas que foram listadas
695 na reunião, a não ser as que já constavam na lista anterior de extinção.

696 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) confirmou que aquelas que foram incluídas agora
697 ou que aumentaram o seu grau de risco, porque uma das quatro espécies estava como “vulnerável” e
698 entrou na categoria “em perigo”.

699 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) reforçou que essas espécies que já estavam na
700 lista, manteriam o status anterior, seriam publicadas no status anterior. Esclareceu que a pergunta da
701 votação é se a lista seria publicada com as exceções. Os votos se distribuíram da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO	VOTO
CNI	SIM
CNA	SIM
IOP	AUSENTE
MAPA	SIM
EMBRAPA	SIM

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

MD	SIM
ME	SIM
MRE	SIM
MDR	SIM
MS	AUSENTE
IBAMA	SIM
ICMBio	SIM
JBRJ	SIM

702 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) concluiu que terá uma lista admitida pela
703 CONABIO e publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. Retornou ao item 4 da pauta, para que
704 fosse apresentado.

705 O Sr. **Luiz Eduardo Andrade Souza** (MRE) falou sobre o andamento das negociações no âmbito da
706 Convenção sobre Diversidade Biológica. Espera que a próxima COP da CDB, a COP 15, adote o
707 chamado Marco Global da Biodiversidade Pós 2020, que vai estabelecer 21 metas para conservação e
708 uso sustentável e repartição da biodiversidade e também sobre o terceiro pilar da Convenção, que é
709 acesso de repartição de benefícios. A COP 15, que estava prevista para outubro deste ano, foi dividida
710 em dois segmentos, um segmento que aconteceu na segunda semana de outubro, foi um segmento
711 simbólico, porque não foi possível realizar presencial. Na verdade, o único resultado substantivo foi a
712 aprovação do orçamento para a Convenção para o ano que vem, para possibilitar que ela continuasse
713 funcionando. O Ministro Joaquim Mendes participou de uma das mesas redondas sobre o tema de
714 financiamento da biodiversidade. E foi aventada também uma declaração política, que incorporou
715 várias das propostas que o Brasil apresentou em termos de se alcançar um marco global mais
716 equilibrado, que contemple os três pilares da Convenção de uma forma balanceada. O processo
717 negociador do Marco Global, ocorre de dois tipos: tem a COP em si, que concluirá a negociação do
718 Marco, mas também tem o chamado Grupo de Trabalho Aberto do Marco Global, que é responsável
719 por discutir a primeira minuta do Marco Global, que foi apresentado em julho. Em setembro foi
720 realizado um segmento virtual desse Grupo de Trabalho Aberto que por conta de limitações das
721 modalidades virtuais, não houve negociação de fato. Foi mais uma troca de ideias e impressões sobre
722 a primeira minuta do Marco Global que foi divulgado em julho. O Brasil apresentou uma série de
723 propostas que corroboram ao compromisso com a conservação e a restauração da biodiversidade e,
724 sobretudo, valorizar a bioeconomia e os potenciais da inovação, da biotecnologia. Também lançamos
725 um desafio para que todos os países se comprometam a preservar 20% das áreas de propriedades rurais
726 por meio de vegetação nativa ou diversa. Essas propostas foram elaboradas com base em discussões
727 que o Itamaraty tem conduzido desde o ano passado, junto ao MMA, ao MAPA, ao MCTIC, ao
728 Ministério da Saúde, ao Ministério da Defesa, sobretudo, a Marinha, que acompanha os temas de
729 biodiversidade marinha e costeira. Como representante da instituição, se colocou disposto para
730 conversar com outros representantes da CONABIO, caso tenham propostas a apresentar e esperam que
731 a comissão possa subsidiar e oferecer propostas, que ajudem o Brasil a trazer mais equipe para o Marco
732 Global. Ficou à disposição de todos para prestar mais esclarecimentos.

733 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) indagou o Sr. Luiz Eduardo se o início da segunda
734 quinzena de janeiro era um prazo razoável para que os conselheiros enviassem algumas contribuições.

735 O Sr. **Luiz Eduardo Andrade Souza** (MRE) confirmou. Comentou que como as negociações agora
736 foram suspensas e só devem ser retomadas em março, ele acredita ser um tempo razoável. A COP 15
737 está prevista para retornar no final de abril e início de maio. Concluiu que teria mais tempo caso alguém
738 tivesse a oportunidade de conseguir preparar esses subsídios.

739 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) colocou que é um momento importante, que a
740 CONABIO tem muito a contribuir e acredita que precisam se esforçar nesse sentido. Marcou o prazo

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

741 para dia 21 de janeiro para receberem as contribuições, porém pode ser estendido a julgar pelas
742 discussões que podem se estender.

743

744 **8. APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS 2022.**

745 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) apresentou as datas das reuniões do próximo ano:

746 69ª RO – 16/março/2022

747 70ª RO – 08/junho/2022

748 71ª RO – 14/setembro/2022

749 72ª RO – 07/dezembro/2022

750 E apontou uma necessidade de correção, alterando a data de 08 de junho para 15 de junho, pois nesta
751 já haveria reunião do CGEN, ficando o calendário da seguinte forma:

752 69ª RO – 16/março/2022

753 70ª RO – 15/junho/2022

754 71ª RO – 14/setembro/2022

755 72ª RO – 07/dezembro/2022

756 Foi aprovado por unanimidade.

757 Em seguida, solicitou que a minuta da Resolução fosse projetada para que fosse lida e apreciada e seu
758 texto fosse aprovado ou rejeitado.

759 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) questionou por que não sairia por portaria e porque
760 estava aparecendo uma menção ao site. Achou estranho e frágil, já que o site pode ser alterado a
761 qualquer momento.

762 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) explicou que o documento era uma aprovação da
763 CONABIO e o nosso Ministro é quem publica a portaria.

764 O Sr. **Douglas Rezende** (DESP/MMA e Secretário-Executivo da CONABIO) ressaltou que a minuta
765 de Resolução traz que a CONABIO concluiria pela submissão da proposta de Lista Nacional de
766 Espécies. Neste momento, a Resolução CONABIO, ainda é uma proposta porque, na verdade, cabe
767 realmente ao MMA fazer os trâmites subsequentes para publicação da portaria.

768 O Sr. **Rodrigo Jorge** (ICMBio) perguntou se as espécies de peixes que foram para o painel, são as que
769 foram colocadas pelo Secretário Seif no *chat*.

770 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) deixou registrado que na ata vai constar essa lista
771 de espécies e, solicitou que os membros comuniquem caso houver algum erro, para que seja
772 providenciada a devida errata. Reforçou que na ata vão todas as espécies que já foram excetuadas e
773 depois, a lista que foi aprovada.

774 A lista de espécies de elasmobranchios contestada pela SAP/MAPA é a seguinte: *Prionace glauca*,
775 *Isurus oxyrinchus*, *Carcharhinus acronotus*, *Carcharhinus brevipinna*, *Carcharhinus falciformes* e
776 *Carcharhinus leucas*.

777

778 **9. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS:**

779 O Sr. **Mário Augusto de Campos Cardoso** (CNI) convidou os membros a participar, de uma *live*
780 sobre a importância do Marco Global para a Biodiversidade Pós 2020. Colocou o *link* no *chat*, e
781 comentou que encaminharia o convite formal para cada um dos membros da CONABIO, que seria
782 importante contar com a presença de todos.

783 O Sr. **João Pessoa Moreira Junior** (IBAMA) colocou à disposição, para o JBRJ, todos os dados do
784 SINAFLORE e dos sistemas que estão entrando integrados no Sistema Federal, para que possam avançar
785 não só na questão do Ipê, como na questão das próprias espécies que vão para o Painel de Especialistas.
786 Reiterou a importância da manifestação do ICMBio para as espécies dos peixes que foram colocadas
787 antes do painel, para subsidiar a discussão junto aos especialistas. Dando a oportunidade do ICMBio
788 fazer do mesmo modo o que JBRJ realizou, e que o ICMBio fez para o Queixada.

789 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) apoiou a fala do Sr. João Pessoa e se dirigiu ao
790 Sr. Rodrigo Jorge, dizendo que essa análise é de suma importância, muito embora esse painel tenha

Minuta da Ata 68ª Reunião Ordinária da CONABIO

791 sido decidido neste dia. Opinou que isso ratifica a ciência, ratifica posicionamentos. Mencionou que o
792 Sr. **Wagner Fischer** (DESP/SBio) recebeu o áudio pelo *whatsapp*, do Sr. **Leandro Silveira** (IOP)
793 onde ele comentou que a IOP não participou de nenhuma consultoria, que a ONG que participou foi a
794 Oréades. Sr. Olivaldi deixou registrado, para que o Sr. Leandro não ficasse sem essa participação.

795

796 **10. ENCERRAMENTO:**

797 O Sr. **Olivaldi Alves Borges Azevedo** (SBio/MMA) agradeceu a paciência dispensada a ele, desejou
798 um bom final de ano a todos e encerrou a reunião.